



TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 20250003)

1. DA CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO (ESTADUAL E MUNICIPAL), NO MUNICÍPIO DE FARO/PA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

| Grupo No 001 - REGIÃO DISTRITO NOVA MARACANÃ | | | | | |
|--|---|----------|----------|------------|------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNIDADE | VAL. UNIT. | VAL. TOTAL |
| 0001 | ROTA 1 | 3336,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: CABEÇEIRA DO MUNDAIA, PASSANDO PELA CABEÇEIRA DO BIBITO, VILA CAETANO E CABEÇEIRA DO CHIQUINHO. CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE, NO DISTRITO DE NOVA MARACANÃ. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE, NO DISTRITO DE NOVA MARACANÃ E LEVAR ATÉ A CABEÇEIRA DO MUNDAIA. Km por dia 15,30 - Km por mês 336,60. Número Estimado de Alunos: 97 | | | | |
| 0002 | ROTA 2 | 3336,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: CABEÇEIRA DO MUNDAIA, PASSANDO PELA CABEÇEIRA DO BIBITO, VILA CAETANO E CABEÇEIRA DO CHIQUINHO. CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE, NO DISTRITO DE NOVA MARACANÃ. TURNO: TARDE. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE, NO DISTRITO DE NOVA MARACANÃ E LEVAR ATÉ A CABEÇEIRA DO MUNDAIA. Km por dia 15,30 - Km por mês 336,60. Número Estimado de Alunos: 117 | | | | |
| 0003 | ROTA 3 | 335,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: ILHA 2 / CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE, TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE, ATÉ A ILHA 2. SAÍDA: ILHA 2 / CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE, ATÉ A ILHA 2. Km por dia 1,52 - Km por mês 33,44. Número Estimado de Alunos: 54 | | | | |
| 0004 | ROTA 4 | 2078,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DE UBIM PARA A E. E. F SÃO JOSÉ (SOME) TURNO: TARDE RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS DO SISTEMA MODULAR DE ENSINO NA E. E. F SÃO JOSÉ NO DISTRITO DE NOVA | | | | |



| | | | | | |
|-------------|---|----------|----------|--|--|
| | MARACANÃ E LEVAR ATÉ A COMUNIDADE DE UBIM. Km por dia 9,44 – Km por mês 207,76 Número Estimado de Alunos: 20 | | | | |
| 0005 | ROTA 5 | 3272,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: CABEÇEIRA SANTA LUZIA, PASSANDO PELA CABEÇEIRA SANTA ISABEL, / CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DE FÁTIMA TURNO: MANHÃ . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DE FÁTIMA ATÉ A CABEÇEIRA SANTA LUZIA. SAÍDA: CABEÇEIRA SANTA LUZIA, PASSANDO PELA CABEÇEIRA SANTA ISABEL, / CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DE FÁTIMA TURNO: TARDE . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DE FÁTIMA ATÉ A CABEÇEIRA SANTA LUZIA. Km por dia 14,87 – Km por mês 327,18. Número Estimado de Alunos: 31 | | | | |
| 0006 | ROTA 6 | 7128,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DO BOM FIM. CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS NA COMUNIDADE DO UBIM. TURNO: MANHÃ . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS NA COMUNIDADE DO UBIM E LEVAR ATÉ A COMUNIDADE DO BOM FIM. SAÍDA: COMUNIDADE DO BOM FIM. CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS NA COMUNIDADE DO UBIM. TURNO: VESPERTINO . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS NA COMUNIDADE DO UBIM E LEVAR ATÉ A COMUNIDADE DO BOM FIM. Km por dia 32,40 - Km por mês 712,80. Número Estimado de Alunos: 52 | | | | |
| 0007 | ROTA 7 | 1410,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: CABECEIRA DO ACURAU, CHEGADA: E.M.E.I.S. SEBASTIÃO, TURNO MATUTINO . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ BUSCAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F. SÃO SEBASTIÃO, RETORNANDO PARA A CABECEIRA DO ACURAU. Km por dia 6,4 – Km por mês 141,91. Número Estimado de Alunos: 27 | | | | |
| 0034 | ROTA 34 | 1681,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: ILHA 2 / CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE. TURNO: MANHÃ . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS ATÉ A ILHA 2. E.E. SÃO JOSE. SAÍDA: ILHA 2 / CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS. E.E. SÃO JOSE. TURNO: VESPERTINO . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DAS GRAÇAS ATÉ A ILHA 2. E.E. SÃO JOSE. Km por dia 7,64 – Km por mês 168,8. Número Estimado de Alunos: 54 | | | | |
| 0035 | ROTA 35 | 1373,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DE UBIM PARA A E. E. E. F SÃO JOSÉ (SOME) TURNO: TARDE RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS DO SISTEMA MODULAR DE ENSINO NA E. E. E. F SÃO JOSÉ NO DISTRITO DE NOVA MARACANÃ E LEVAR ATÉ A COMUNIDADE DE UBIM. Km por dia 6,24 – Km por mês 137,28. Número Estimado de Alunos: 20 | | | | |
| 0040 | ROTA 40 | 1636,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: CABECEIRA DO UBIM. TURNO: NOTURNO . CHEGADA: A COMUNIDADE DE UBIM. RETORNO: COMUNIDADE DE UBIM ATE A CABECEIRA DE UBIM. Km por dia 7,43 - Km por mês 163,59. Número Estimado de Alunos: 16 | | | | |
| 0041 | ROTA 41 | 3336,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: CABECEIRA DO MARACANA. TURNO NOTURNO . CHEGADA: DISTRITO DE NOVA | | | | |



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO
CNPJ. 05.178.272/0001-08



| | | | | | |
|--|--|----------|----------|------------|------------|
| | MARACANA. RETORNO: DISTRITO DE NOVA MARACANA ATE A CABECEIRA DO MARACANA Km por dia 15,30 - Km por mês 336,60 Número Estimado de Alunos: 28 | | | | |
| GRUPO No 002 - REGIÃO ALTO NHAMUNDÁ | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNIDADE | VAL. UNIT. | VAL. TOTAL |
| 0008 | ROTA 8 | 1690,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: CABECEIRA DO ARIJU, CHEGADA: NA E.M.E.I.F. SAGRADA FAMILIA. TURNO: MATUTINO. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ BUSCAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F. SAGRADA FAMILIA, RETORNANDO PARA A CABECEIRA DO ARIJU. Km por dia 7,67 - Km por mês 168,91 Número Estimado de Alunos: 19 | | | | |
| 0009 | ROTA 9 | 5015,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: CABECEIRA DO AIBÍ/ CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ E LEVAR ATÉ À CABECEIRA DO AIBÍ. SAÍDA: CABECEIRA DO AIBÍ/ CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ. TURNO: TARDE. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ E LEVAR ATÉ À CABECEIRA DO AIBÍ. Km por dia 22,79 - Km por mês 501,42. Número Estimado de Alunos: 69 | | | | |
| 0010 | ROTA 10 | 4668,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DO BOA VISTA, PASSANDO PELA COMUNIDADE DO URUCUXI/ CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO ATÉ A COMUNIDADE DO BOA VISTA. SAÍDA: COMUNIDADE DO BOA VISTA, PASSANDO PELA COMUNIDADE DO URUCUXI/ CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO. TURNO: TARDE. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO ATÉ A COMUNIDADE DO BOA VISTA. Km por dia 21,21 - Km por mês 466,75. Número Estimado de Alunos: 46 | | | | |
| 0011 | ROTA 11 | 2219,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DO MABAIA. CHEGADA: E.M.E.I.F.N.S. DA CONCEIÇÃO. TURNO: VESPERTINO. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F.N.S. DA CONCEIÇÃO E LEVAR ATÉ A COMUNIDADE DO MABAIA Km por dia 10,08 – Km por mês 221,89. Número Estimado de Alunos: 37 | | | | |
| 0012 | ROTA 12 | 5958,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DO POCÓ E INCHA/CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ ATÉ A COMUNIDADE DO POCÓ E INCHA. Km por dia 27,08 – Km por mês 595,80. Número Estimado de Alunos: 74 | | | | |
| 0013 | ROTA 13 | 5077,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: SERRA DO PAISAGEM, CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ. TURNO: VESPERTINO. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DA CONCEIÇÃO NA COMUNIDADE DO AIBÍ ATÉ A SERRA DO | | | | |



| | | | | | |
|-------------|---|----------|----------|--|--|
| | PAISAGEM. Km por dia 23,07 – Km por mês 507,62. Número Estimado de Alunos: 55 | | | | |
| 0014 | ROTA 14 | 1070,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação : SAÍDA: CABECEIRA NUCLEO DOS SILVA, CHEGADA: E.M.E.I.F.N.S. DE FATIMA NA COMUNIDADE DO MABAIA, TURNO: MATUTINO , RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERA PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F.N.S. DE FATIMA ATE CABECEIRA NUCLEO DOS SILVA Km por dia 4,86 – Km por mês 107,00. Número Estimado de Alunos: 16 | | | | |
| 0015 | ROTA 15 | 3219,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: SÍTIO 10 IRMÃOS/CHEGADA: E.M.E.I.F. N. S. DO LIVRAMENTO NA COMUNIDADE DO INCHÁ. TURNO: MANHÃ . RETORNO: TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DO LIVRAMENTO ATÉ O SÍTIO. SAÍDA: SÍTIO 10 IRMÃOS/CHEGADA: E.M.E.I.F. N. S. DO LIVRAMENTO NA COMUNIDADE DO INCHÁ. TURNO: VESPERTINO . RETORNO: TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DO LIVRAMENTO ATÉ O SÍTIO. Km por dia 14,62 – Km pro mês 321,81. Número Estimado de Alunos: 10 | | | | |
| 0016 | ROTA 16 | 2021,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: CABEÇEIRA DO INCHÁ CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DO LIVRAMENTO NA COMUNIDADE DO INCHÁ. TURNO: MANHÃ . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E.M.E.I.F N. S. DO LIVRAMENTO NA COMUNIDADE DO INCHÁ E LEVAR ATÉ CABEÇEIRA DO INCHÁ. Km por dia 9,18 – Km por mês 202,04. Número Estimado de Alunos: 14 | | | | |
| 0017 | ROTA 17 | 4211,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: IGARAPÉ DO ITAQUERA CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO. TURNO: MATUTINO RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO E LEVAR ATÉ O IGARAPÉ DO ITAQUERA. Km por dia 19,14 - Km por mês 421,08. Número Estimado de Alunos: 17 | | | | |
| 0018 | ROTA 18 | 4211,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: IGARAPÉ DO ITAQUERA CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO. TURNO: VESPERTINO . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO E LEVAR ATÉ O IGARAPÉ DO ITAQUERA. Km por dia 19,14 - Km por mês 421,08. Número Estimado de Alunos: 23 | | | | |
| 0019 | ROTA 19 | 5515,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: SÍTIO CRISTO REI, PASSANDO PELO IGARAPÉ DO FELIZARDO. CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO. TURNO: MANHÃ . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO E LEVAR ATÉ O SÍTIO CRISTO REI. Km por dia 25,06 – Km por mês 551,45. Número Estimado de Alunos: 16 | | | | |
| 0020 | ROTA 20 | 2015,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: SERRA DO ESPELHO DA LUA, CHEGADA: E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO. TURNO: VESPERTINO . RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F N. S. DE APARECIDA NA COMUNIDADE FELIZARDO E LEVAR ATÉ SERRA DO ESPELHO DA LUA. Km por dia 9,15 - Km 201,45. Número Estimado de Alunos: 12 | | | | |



| 0021 | ROTA 21 | 5706,000 | QUILÔMET | | |
|------|--|----------|----------|--|--|
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE CASTANHAL/ CHEGADA: E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO). TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) ATÉ A COMUNIDADE DO CASTANHAL. SAÍDA: COMUNIDADE CASTANHAL/ CHEGADA: E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO). TURNO: TARDE. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) ATÉ A COMUNIDADE DO CASTANHAL Km por dia 25,93 – Km por mês 570,59. Número Estimado de Alunos: 25 | | | | |
| 0022 | ROTA 22 | 2482,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: LOCALIDADE DO GLORIA, PASSANDO PELO ARAPÊ. CHEGADA: E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA E LEVAR ATÉ A LOCALIDADE DO GLORIA. SAÍDA: LOCALIDADE DO GLORIA, PASSANDO PELO ARAPÊ. CHEGADA: E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA E LEVAR ATÉ A LOCALIDADE DO GLORIA. Km por dia 11,28 – Km por mês 248,18. Número Estimado de Alunos: 17 | | | | |
| 0023 | ROTA 23 | 3111,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: BOCA CUIPIRANGA, CHEGADA: E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) ATÉ A BOCA CUIPIRANGA SAÍDA: BOCA CUIPIRANGA, CHEGADA: E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA. TURNO: VESPERTINO. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) ATÉ A BOCA CUIPIRANGA. Km por dia 14,14 - Km 311,10. Número Estimado de Alunos: 20 | | | | |
| 0024 | ROTA 24 | 2434,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: LOCALIDADE DO CUMPRIDO, CHEGADA: E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS E. ANEXA À E.M.E.I.F N.S. APARECIDA (FELIZARDO) NA COMUNIDADE DO NOVA FLORESTA E LEVAR ATÉ A LOCALIDADE DO CUMPRIDO. Km por dia 11,06 - Km por mês 243,40. Número Estimado de Alunos: 12 | | | | |
| 0025 | ROTA 25 | 4663,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE CUIPIRANGA/ CHEGADA: E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA ATÉ COMUNIDADE CUIPIRANG. Km por dia 21,19 - Km por mês 466,26. Número Estimado de Alunos: 18 | | | | |
| 0026 | ROTA 26 | 4663,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE CUIPIRANGA/ CHEGADA: E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA. | | | | |



| | | | | | |
|--------------------------------------|--|----------|----------|--|--|
| | TURNO: TARDE. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA ATÉ COMUNIDADE CUIPIRANGA. Km por dia 21,19 - Km por mês 466,26. Número Estimado de Alunos: 23 | | | | |
| 0027 | ROTA 27 | 2458,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DO ABURÍ. E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA NA COMUNIDADE DO PORTUGUÊS. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA NA COMUNIDADE DO PORTUGUÊS E LEVAR ATÉ A COMUNIDADE DO ABURÍ. Km por dia 11,17 - Km por mês 245,78. Número Estimado de Alunos:14 | | | | |
| 0028 | ROTA 28 | 5150,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: COMUNIDADE DO SETE ILHA, PASSANDO PELA COMUNIDADE DO REMANSO/ CHEGADA: E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I.F LUIZ CORTEZ DE MOURA ATÉ A COMUNIDADE DO SETE ILHA. Km por dia 23,40 - Km por mês 514,97. Número Estimado de Alunos: 26 | | | | |
| 0029 | ROTA 29 | 2853,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: SETE ILHAS, CHEGADA: E.M.E.I.SIMÃO FURTER NA COMUNIDADE DO REMANSO. TURNO: MANHÃ. RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I. SIMÃO FURTER NA COMUNIDADE DO REMANSO E LEVAR ATÉ O SETE ILHAS. Km por dia 12,96 - Km por mês 285,29. Número Estimado de Alunos: 19 | | | | |
| 0030 | ROTA 30 | 2853,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAÍDA: SETE ILHAS, CHEGADA: E.M.E.I.SIMÃO FURTER NA COMUNIDADE DO REMANSO. TURNO: VESPERTINO RETORNO: O TRANSPORTADOR DEVERÁ PEGAR OS ALUNOS NA E.M.E.I. SIMÃO FURTER NA COMUNIDADE DO REMANSO E LEVAR ATÉ O SETE ILHAS. Km por dia 12,96 - Km por mês 285,29. Número Estimado de Alunos: 21 | | | | |
| 0036 | ROTA 36 | 2409,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: URUCUXI E BOA VISTA. TURNO: NOTURNO. CHEGADA A COMUNIDADE DO AIBI. RETORNO: COMUNIDADE DO AIBI ATE AS COMUNIDADE DE BOA VISTA E URUCUXI. Km por dia 10,60 - Km por mês 233,37. Número Estimado de Alunos: 14 | | | | |
| 0037 | ROTA 37 | 2219,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: NUCLO DOS SILVA. TURNO: NOTURNO. CHEGADA: COMUNIDADE DO AIBI. RETORNO: COMUNIDADE DO AIBI ATE O NUCLEO DOS SILVA. Km por dia 10,08 - Km por mês 221,89. Número Estimado de Alunos: 12 | | | | |
| 0038 | ROTA 38 | 2508,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: CABECEIRA DO AIBI. TURNO NOTURNO. CHEGADA: COMUNIDADE DO AIBI. RETORNO: COMUNIDADE DO AIBI ATE A CABECEIRA. Km por dia 11,39 - Km por mês 250,71. Número Estimado de Alunos: 18 | | | | |
| 0039 | ROTA 39 | 6206,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: COMUNIDADE MATAPI. TURNO: NOTURNO. CHEGADA: COMUNIDADE DO AIBI. RETORNO: COMUNIDADE DO AIBI ATE A COMUNIDADE DO MATAPI. Km por dia 28,20 - Km por mês 620,55. Número Estimado de Alunos: 10 | | | | |
| GRUPO No 003 - REGIÃO DE FARO | | | | | |



| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNIDADE | VAL. UNIT. | VAL. TOTAL |
|-------------|--|-----------|----------|------------|------------|
| 0031 | ROTA 31 | 15266,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: DE FARO, ATE O Km 04 RAMAL DA COMUNIDADE DO ARUBI E AO Km 07, VICINAL FARO-UBIM, MARACANÃ. TURNO: MATUTINO. CHEGADA: AS E.M.E.I.F. MARIA DO FARO, DIVINO ESPIRITO SANTO E MARIA CRISTINA DE ANDRADE. E.E.I.F.M. FLORA TEIXEIRA E MARCOS BENTES DE CARVALHO. RETORNO: O ONIBUS ESCOLAR PASSARA PARA BUSCAR NAS ESCOLAS E RETORNAR AO Km 04 RAMAL DA COMUNIDADE DO ARUBI E AO Km 07, VICINAL FARO-UBIM, MARACANÃ. SAIDA: Km 07, VICINAL FARO-UBIM, MARACANÃ, PASSANDO PELO Km 04 RAMAL DA COMUNIDADE DO ARUBI. TURNO: VESPERTINO CHEGADA: AS E.M.E.I.F. MARIA DO FARO, DIVINO ESPIRITO SANTO E MARIA CRISTINA DE ANDRADE. E.E.I.F.M. FLORA TEIXEIRA E MARCOS BENTES DE CARVALHO RETORNO: O ONIBUS ESCOLAR PASSARA PARA BUSCAR NAS ESCOLAS E RETORNAR AO Km 04 RAMAL DA COMUNIDADE DO ARUBI E AO Km 07, VICINAL FARO-UBIM, MARACANÃ. Km por dia 69,38 - Km por mês 1526,51. Número Estimado de Alunos: 54 | | | | |
| 0032 | ROTA 32 | 3146,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação : SAIDA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INTINERARIO MUNICIPAL. TURNO: MATUTINO. CHEGADA: AS E.M.E.I.F. DIVINO ESPIRITO SANTO, SÃO JOAO BATISTA, MARIA CRISTINA DE ANDRADE, MARIA DO FARO LOPES CHAVES. RETORNO: INTINERARIO MUINICIPAL. SAIDA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INTINERARIO MUNICIPAL. TURNO: VESPERTINO. CHEGADA AS E.M.E.I.F. DIVINO ESPIRITO SANTO, SÃO JOAO BATISTA, MARIA CRISTINA DE ANDRADE, MARIA DO FARO LOPES CHAVES. RETORNO: INTINERARIO MUINICIPAL. Km por dia 14,30 - Km por mês 314,60. Número Estimado de Alunos: 174 | | | | |
| 0033 | ROTA 33 | 3146,000 | QUILÔMET | | |
| | Especificação: SAIDA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INTINERARIO MUNICIPAL. TURNO: MATUTINO. CHEGADA: CRECHE TIA CONCHITA. RETORNO: INTINERARIO MUNICIPAL, SAIDA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INTINERARIO MUNICIPAL. TURNO: VESPERTINO. CHEGADA: CRECHE TIA CONCHITA. RETORNO: INTINERARIO MUNICIPAL. Km por dia 14,30 - Km por mês 314,60. Número Estimado de Alunos: 155 | | | | |

1.2. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3.1. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Secretaria de Educação do Município de Faro, solicita **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO (ESTADUAL E MUNICIPAL), NO MUNICÍPIO DE FARO/PA**, passando a justificar a contratação pelas considerações a seguir delineadas:

2.1.1 Considerando que a Educação é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento e que os esforços nacionais estão voltados para alcançar um salto de qualidade que permita atingir patamares mais elevados no cenário mundial, os serviços de transporte escolar destinam-se ao transporte terrestre e fluvial de alunos residentes nas áreas rurais e urbanas do Município de Faro/PA. O objetivo é garantir que os estudantes sejam transportados com qualidade e segurança até as escolas, assegurando o direito à educação para todos. Isso é especialmente importante, visto que a frota municipal atualmente não é capaz de atender completamente à demanda de alunos. As distâncias percorridas nas rotas são estimativas, podendo sofrer acréscimos ou reduções, de acordo com as mudanças na demanda de alunos, respeitando os limites legais e considerando possíveis alterações ou extinções de rotas, conforme as necessidades do município.

2.1.2 Ao Departamento de Transporte caberá a responsabilidade de gerenciar os serviços, incluindo a fiscalização e o controle dos veículos nas rotas designadas, monitorando a distância total percorrida. Os serviços serão realizados em turnos alternados, abrangendo tanto estradas pavimentadas quanto não pavimentadas. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e conservação, prontos para a execução dos serviços assim que formalmente comunicados pelo Departamento de Transporte da Secretaria de Educação. As atividades ocorrerão nos dias, horários e locais previamente estabelecidos, podendo ser alterados mediante necessidade e com o devido acordo entre as partes envolvidas.

2.1.3 Os veículos deverão estar equipados com todos os dispositivos de segurança e atender às especificações estabelecidas pelo CONTRAN, DETRAN/PA, além de estarem devidamente regularizados quanto à documentação. Devem estar aptos a realizar os



serviços conforme as necessidades da Secretaria de Educação, incluindo a execução de atividades extraclasse, sempre que necessário.

2.1.4 A empresa vencedora ficará responsável pelas despesas relativas ao fornecimento do motorista, assim como pela manutenção e reparo da frota de veículos terrestres e fluviais, além do abastecimento dos mesmos.

2.1.5 Considerando a possibilidade de eventos extraordinários que possam interromper o serviço de transporte escolar, como problemas elétricos, mecânicos ou danos nos pneus, ficará a cargo da empresa a substituição imediata do veículo afetado.

2.1.6 Considerando os motivos de fato e direito elencados, observa-se a necessidade e conveniente celebração de Processo Licitatório para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO (ESTADUAL E MUNICIPAL), NO MUNICÍPIO DE FARO/PA**, com o objetivo de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

2.1.7 A opção pela contratação em grupo fundamenta-se na busca pela eficiência administrativa e pela economicidade, alinhando-se aos princípios da administração pública. Ao consolidar as demandas, promove-se a racionalização dos recursos financeiros e operacionais, o que garante a redução dos custos unitários por meio do aumento do volume contratado, sem prejudicar a obtenção de economia de escala.

2.1.8 Foi realizado um levantamento detalhado das rotas terrestres e fluviais, com a estimativa da demanda de alunos por trajeto e a análise das condições locais. Além disso, definiu-se a padronização técnica dos serviços, incluindo requisitos mínimos para veículos, embarcações, qualificação dos condutores e manutenção preventiva, visando assegurar a qualidade e a segurança no transporte dos alunos.

2.1.9 A contratação em grupo oferece diversos benefícios, como a redução de custos administrativos, o aumento da competitividade entre fornecedores e a uniformidade na prestação dos serviços. Além disso, evita-se a duplicação de contratos e rotas, promovendo a otimização dos recursos públicos e a eficiência operacional. Esse modelo também garante maior controle e acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais, contribuindo para a continuidade e regularidade do transporte escolar.



2.2. Assim, conclui-se que a contratação conjunta dos serviços de transporte escolar terrestre e fluvial é a solução mais adequada para atender às necessidades das redes estadual e municipal de ensino de Faro/PA. Tal medida está em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e eficácia, representando um avanço no cumprimento do dever constitucional de promover uma educação de qualidade e garantir o acesso equitativo às escolas públicas.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão realizados, no âmbito do Município de Faro/PA, compreendendo –se a Zona Rural e Urbana, em conformidade com as determinações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação de Faro/PA.

5.2. O Transporte Escolar dos alunos devidamente matriculados na Rede de ensino de Faro- Pará, compreende a locomoção de alunos de localidades próximas às suas residências até as respectivas instituições de ensino

5.3. Os serviços que integram o objeto do presente termo de referência deverão ser realizados em conformidade com os itinerários devidamente descritos neste Termo conforme tabela descrita acima, os quais deverão ser realizados somente em dias letivos, salvo as solicitações expressas da autoridade competente devidamente justificado.

5.4. As distâncias percorridas nas rotas descritas neste termo de referência, constituem uma estimativa, podendo, motivadamente, haver acréscimo ou diminuição nos trajetos a



serem percorridos, bem como alteração ou extinção das rotas em função de eventuais mudanças nas demandas dos alunos.

5.5. Ocorrendo diminuição ou acréscimo de alunos, ou outro meio que os justifiquem, o objeto da contratação poderá ser alterado nos termos da Legislação.

5.6. As quilometragens somente poderão ser alteradas, mediante fiscalização e autorização da CONTRATANTE.

5.7. Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas no instrumento convocatório e contratos.

5.8. Os serviços deverão ser de qualidade, caracterizados unicamente para locomoção de alunos, a partir do local de embarque até o local de desembarque. Sendo a prestação dos referidos serviços serão supervisionados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

5.9. Durante o expediente escolar os transportes escolares deverão ser destinados exclusivamente aos alunos devidamente matriculados na respectiva unidade escolar, não podendo transportar passageiros de linhas convencionais cargas e outros.

5.10. A CONTRATADA deverá, durante a prestação dos serviços, atender as exigências das condições de segurança.

5.11. O transporte de caroneiros, serão rigorosamente proibidos, cabendo as devidas sanções previstas nas legislações e contratos.

5.12. É expressamente proibido o ingresso, a permanência e o transporte de pessoas estranhas nas embarcações e nos veículos terrestres, bem como o transporte e acondicionamento de cargas;

5.13. A licitante vencedora se responsabilizará por quaisquer danos causados aos alunos na execução do transporte.

5.14. A licitante vencedora garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Faro/PA.

Subcontratação

5.15. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

5.16. Não haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Do prazo da realização dos serviços

6.1. Os serviços poderão ser realizados durante o período 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.

6.2. Os horários que serão determinados pelo CONTRATANTE, durante o ano Letivo que deverão ser cumpridos fielmente, os quais atenderão aos turnos, manhã, tarde e noite.

6.3. Os serviços deverão iniciar-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviços emitida pela CONTRATANTE.

6.4. Os serviços serão recebidos e fiscalizados por servidores designados pela CONTRATANTE.

Dos veículos destinados à realização dos serviços

6.5. Os veículos terrestres e fluviais, deverão estar sempre em condições para atendimento do disposto em contratos e em conformidades com o Código de Transito Brasileiro e Capitania dos Portos, bem como as Resoluções do CONTRAN presentes e futuras.

6.6. Os veículos Terrestres e fluviais deverão possuir todos os equipamentos de segurança, exigidos por Leis e Capitania dos Portos (coletes salva vida, boias salva vidas, extintor de incêndio), no caso de fluvial e Terrestre os equipamentos de segurança deverão estar de acordo com as exigências previstas em Leis atinentes à matéria.

6.7. Os veículos Terrestres e fluviais deverão estar limpos, e equipados com todos os acessórios de segurança exigidos por Lei, bem como proporcionar conforto aos usuários.

6.8. Os veículos Terrestres e fluviais, deverão ser submetidos às vistorias técnicas determinadas pela CONTRATANTE, sempre que solicitado.

6.9. Em caso de substituição de Veículos, os mesmos deverão ocorrer mediante autorização prévia da CONTRATANTE, iniciando o cumprimento das obrigações no prazo máximo de 02 dias, contados do recebimento da mesma.

6.10. Obrigatoriedades quanto aos veículos destinados à realização dos serviços de transportes escolares fluvial deverão satisfazer os seguintes requisitos:



- 6.11. Conter Pintura de faixa lateral na cor amarela com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.
- 6.12. Estar identificada com a logomarca de identificação de Transporte Escolar (horizontal).
- 6.13. Estar em bom estado de conservação e em condição de trafegabilidade.
- 6.14. Conter todos os equipamentos de segurança, inclusive possuir coletes salva-vidas em quantidades suficientes para atender a todos os alunos transportados.
- 6.15. Conter no mínimo 01(um) acento reservado para alunos com deficiências, dificuldades de locomoção ou necessidades especiais.
- 6.16. As embarcações utilizadas para o Transporte Escolar deverão ser utilizadas exclusivamente para este fim.
- 6.17. As embarcações utilizadas na execução dos serviços deverão ser vistoriadas antes do início do ano letivo e periodicamente conforme o caso.
- 6.18. Os veículos destinados à prestação de serviços de transportes escolares terrestre deverão satisfazer os seguintes requisitos:
- 6.19. Conter Pintura de faixa lateral na cor amarela, como quarenta centímetros de altura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais da carroceria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
- 6.20. Estar em perfeito estado de conservação e em condição de trafegabilidade.
- 6.21. Conter todos os equipamentos de segurança;
- 6.22. Os pneus deverão estar em perfeitas condições de uso;
- 6.23. Não conter janelas com vidros quebrados;
- 6.24. Conter no mínimo 01(um) acento reservado para alunos com deficiências, dificuldades de locomoção ou necessidades especiais.
- 6.25. As embarcações e os veículos terrestres que serão utilizadas para execução do objeto desta licitação não poderão transitar em outros trajetos conduzindo os alunos, salvo com autorização escrita da Secretaria Municipal de Educação do Município de Faro/PA.

Quando o licitante não for proprietário do(s) veículo(s)



- 6.26. Deverá apresentar CONTRATO(S) de locação de veículo(s) com poderes para utilizar esse(s) veículo(s) na referida licitação.
- 6.27. Declaração de localização e funcionamento indicando o endereço da sede da licitante;
- 6.28. Declaração que disponibilizará canal de atendimento, contendo e-mail, telefone para sugestão, reclamação e elogios de usuários.

Da vistoria dos veículos

- 6.29. Os veículos que serão utilizados para prestações de serviços de transporte escolar fluvial e terrestre, deverão ser apresentados, no prazo de 05 (cinco) após a convocação para assinatura de contratos, para vistoria, no local e data a serem definidos e informados para análise e aprovação dos mesmos pelo responsável pela Fiscalização do Transporte designado pela Secretaria Municipal de Educação após assinatura de contrato.
- 6.30. Verificada a situação de não aprovação do veículo, a empresa deverá apresentar outro veículo para vistoria no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de decadência do direito a contratação, sem prejuízos das demais penalidades previstas no edital e legislação vigente.

Dos requisitos para os condutores quanto a realização dos serviços

- 6.31. Os serviços de transporte escolar fluvial deverão ser realizados apenas por marítimo ou motorista habilitado, Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés (MFAC) e Marinheiro Fluvial Auxiliar de Máquina (MFAM) capacitado para tal, satisfazendo os seguintes requisitos:
- 6.32. Ter idade superior a vinte e um anos, e ser habilitado na Capitania dos Portos;
- 6.33. Usar uniformes condizentes com a profissão, portando também crachá de identificação.
- 6.34. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses.
- 6.35. Zelar integridade física dos alunos;
- 6.36. Manter os veículos em perfeitas condições de uso, conforto e higiene;
- 6.37. Tratar de forma idônea e moral os estudantes, pais, colegas, e servidores designados para fiscalizações dos serviços.



6.38. Os condutores e ajudantes deverão manter um comportamento moral e profissional durante a execução dos serviços, e responderão integral e incondicionalmente por todos os danos ou ato ilícito resultante de sua ação ou omissão, inclusive por inobservância das diretrizes e normas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Faro/PA.

6.39. Os serviços de transporte escolar terrestre deverão ser realizados apenas por condutores habilitados na categoria “D” ou “E”; devendo satisfazer os seguintes requisitos:

6.40. Ter idade superior a vinte e um anos;

6.41. Ser habilitado na categoria “D” ou “E”;

6.42. Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;

6.43. Zelar integridade física dos alunos;

6.44. Manter os veículos em perfeitas condições de uso, conforto e higiene;

6.45. Tratar de forma idônea e moral os estudantes, pais, colegas, e servidores designados para fiscalizações dos serviços.

6.46. Os condutores deverão apanhar os alunos nos locais previamente determinados, bem como, tratar com respeito e cortesia e urbanidade os alunos e os agentes de fiscalização da CONTRATANTE.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações



assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. DO CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1. Não produzir os resultados acordados,

8.1.1.1. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, [de 2021](#) e [Arts. 22, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).



- 8.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 8.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 8.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 8.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 8.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



8.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,



comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.14.1. O prazo de validade;

8.14.2. A data da emissão;

8.14.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.14.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.14.5. O valor a pagar; e

8.14.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta



on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, de correção monetária.



Forma de pagamento

8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à



verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos



tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.22.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



9.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação comprovação de patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado da parcela pertinente ou do item pertinente.

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.25.2. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



- 9.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 9.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 9.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 9.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
- 10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
- 10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no



mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas para aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta de dotação orçamentária específica, indicada antes da assinatura da ata de registro de preços, contrato ou outro documento equivalente.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do Contratante:

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



- 12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 12.8. Cientificar o órgão Competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 12.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 12.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



13. DA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

13.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os



seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



13.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

13.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

13.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

14. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do



cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



- 15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 15.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 15.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 15.1.5. Fraudar a licitação
- 15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 15.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 15.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 15.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1. Advertência;
- 15.2.2. Multa;



- 15.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 15.3.2. As peculiaridades do caso concreto
- 15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita neste instrumento, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 15.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da



data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Faro/PA, 31 de janeiro de 2025.

MARIA HELOISA CARVALHO ROCHA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO